



SGF

**PARCEIROS
NA REFORMA**

Relatório e Contas 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Factos Relevantes Ocorridos

O ano de 2017 foi particularmente importante para a SGF, destacando-se positivamente, entre outros, o crescimento do volume de ativos sob gestão, as rendibilidades registadas, o aumento de capital realizado e a criação de um novo PPR em parceria com a MDS - Corretor de Seguros e Risco e o Banco BIG.

A SGF registou um aumento do volume de ativos sob gestão de 10%, tendo superado largamente o crescimento do mercado dos Fundos de Pensões em Portugal. Este crescimento deve-se sobretudo a um ano que fica marcado pelo desenvolvimento de uma nova dinâmica que se traduziu no lançamento de uma nova assinatura “o Valor da Independência”. Com esta nova abordagem, a SGF teve como objetivo destacar a sua independência face a qualquer grupo financeiro, posicionando-se como a maior sociedade gestora independente a nível nacional, no mercado dos Fundos de Pensões e PPR. Por outro lado, a consultoria na gestão do património dos fundos por parte da Golden Assets, o desenvolvimento de campanhas alusivas à poupança, o recente aumento de capital, entre outros, contribuíram para um acréscimo significativo de novas subscrições, reforços e transferências de Fundos de Pensões e PPR.

Por outro lado, a rentabilidade de alguns produtos permitiu à SGF posicionar-se no primeiro quartil de alguns rankings da APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios. Estas rentabilidades registadas são o resultado da reformulação da estratégia de mercado e da reestruturação das carteiras dos fundos que resultou do acordo de consultadoria na gestão dos patrimónios celebrado com a Golden Assets no final de 2016. Com esta parceria, a SGF passou a adotar uma política de investimentos diversificada, prudente e com uma visão de longo prazo, mais adequada para garantir uma gestão profissional e rigorosa, ajustada ao perfil de risco de cada cliente.

Com este acordo de aconselhamento, a SGF passou a contar com o apoio de uma equipa muito alargada de research especializado e acesso a produtos (nomeadamente fundos de investimento) que de outra forma não seria possível. Destaca-se a manutenção da autonomia da sociedade gestora, embora as duas empresas partilhem princípios comuns nomeadamente, a independência e a ausência de conflitos de interesses. Desta forma, a SGF passou a oferecer aos seus clientes de Fundos de Pensões e PPR acesso ao um serviço de private banking na sua componente de gestão de ativos.

Em setembro de 2017, realizou-se um aumento de capital de 300.000€. Este incremento reflete o bom momento em que a sociedade gestora se encontra e ocorre com o objetivo de dinamizar e reforçar a atividade, tendo em vista o contínuo crescimento do negócio.

A estrutura acionista manteve-se intacta e estável, sendo que a Golden Actives reforçou a sua posição com a aquisição de ações, o que lhe permite consolidar a sua posição acionista. A acompanhar o aumento esteve o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB) bem como o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC).

Em novembro, a SGF e o braço segurador do Grupo Sonae, a MDS - Corretor de Seguros e Risco, em parceria com o BIG Banco de Investimento Global, lançaram o PPR MDS Equilíbrio, um inovador Plano de Poupança Reforma. Constituído sob a forma de unidades de participação, o PPR MDS Equilíbrio é destinado a investidores com uma reduzida tolerância ao risco que procuram o retorno do seu capital a médio/longo

prazo, através de uma diversificação de riscos e de uma política de investimento com risco moderado, investindo principalmente em títulos de rendimento fixo.

A SGF terá a seu cargo a gestão administrativa deste produto, tendo mandatado para a gestão financeira o Banco BiG. O PPR MDS Equilíbrio é o primeiro Plano de Poupança Reforma lançado por um corretor de seguros, sendo comercializado em exclusivo pela MDS.

Em outubro de 2016, a SGF reconheceu a existência de um evento de crédito na Abengoa, cuja posição resultava de uma decisão de investimento tomada em julho de 2015. Este evento acabou por se refletir negativamente nos seus resultados líquidos, devido às condições de reestruturação impostas muito mais gravosas do que o inicialmente previsto (aprovadas pela maioria dos credores) e pela valorização ao justo valor.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rentabilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência - Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

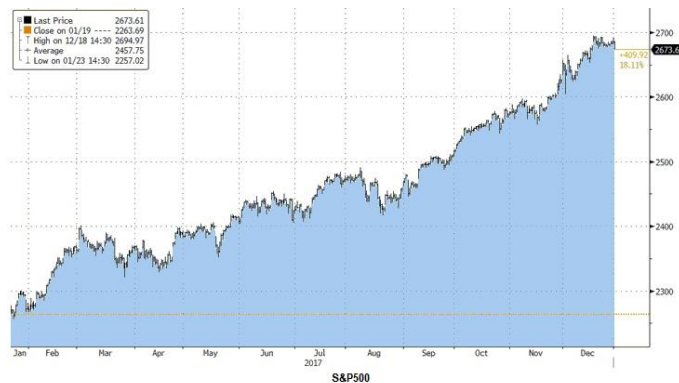
Desenvolvimento Organizacional

No ano em análise e no respeitante à estrutura organizativa, merece destaque a criação da Função de Auditoria Interna (pretensão que remontava a 2010, data de implementação do sistema de Risco e Controlo Interno da SGF). Esta função desenvolverá a sua atividade de acordo com o previsto na Norma nº 8/2009-R.

A empresa mantém o enfoque no desenvolvimento da atividade comercial, tendo para tal criado um Comité Comercial que reúne semanalmente com o objetivo de analisar a atividade desenvolvida e para elaborar o planeamento de projetos a desenvolver.

Gestão de Ativos - Evolução dos Mercados Financeiros em 2017

O ano de 2017 ficou marcado por um arranque forte na componente Equity com um renovar dos máximos dos índices de Wall Street, com o *Dow Jones* a passar os 20.000 pontos pela primeira vez e o *S&P500* a atingir os 2300. A estabilização da economia chinesa, acompanhada por uma boa *earnings season* e alguma força do setor de recursos naturais deram algumas bases a esta valorização inicial. Ainda assim, os investidores começaram nesta altura a demonstrar alguma preocupação com as políticas de Trump, sobretudo com as restrições à emigração e as críticas crescentes às *Big Tech*.



Na Europa o destaque foi para o UK e para a obrigatoriedade imposta pelo Supremo Tribunal Britânico à aprovação do Brexit pelo parlamento. Num discurso sobre a saída, a PM adotou um discurso soft deixando, no entanto, clara a saída do Mercado Único, mas, assumindo a possibilidade de novos acordos comerciais com os parceiros Europeus. Neste contexto, o *Footsie 100* iniciou o ano a renovar máximos históricos, mas acabando o mês em ligeira correção, num movimento idêntico ao *MSCI Europe*.

Fevereiro foi um mês de forte otimismo nos mercados acionistas, com movimentos de fusões e aquisições a ajudarem a impulsionar os principais índices Mundiais para máximos históricos e os índices de Wall Street para sessões consecutivas de novos máximos. Também os planos de Trump para investimentos em infraestruturas ajudaram de uma forma significativa a valorização.

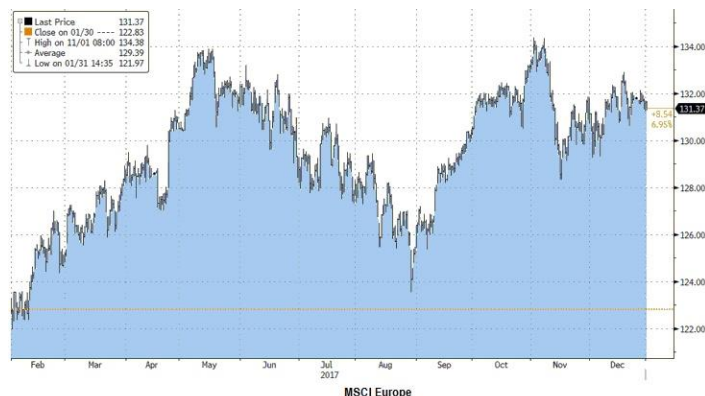
Por esta altura, a aceleração da inflação nos EUA para os 2.5%, complementada com os dados positivos do mercado laboral e imobiliário, deram força à tese de nova subida de taxas por parte da *FED*. A depreciação do Euro face ao USD, como consequência dessa expectativa de subida de taxas, acabou por ajudar à subida dos mercados Europeus.

Também em destaque durante o mês na Europa, estiveram as eleições Francesas (marcadas para abril), com diversas sondagens e problemas com os candidatos a causarem algum desconforto e a levarem à subida dos juros soberanos no início do mês. Os indicadores de atividade económica e de otimismo em alta e a aceleração da inflação, a par com a descida do euro, acabaram por puxar pelo sentimento ao serem compatíveis com uma aceleração do ritmo de crescimento económico.

Na apresentação do presidente do BCE perante o parlamento europeu foi, no entanto, referida a persistência de riscos e incertezas “dentro e fora da zona Euro” e de falta de sinais claros de convergência sustentável da taxa de inflação para níveis desejados.

O mês de março acabou por ser um mês positivo para a maioria das bolsas Europeias em clara *outperformance* face aos índices de Wall Street, onde os índices *S&P500* e *Dow Jones* acabaram o mês negativos.

Os níveis de confiança Europeus estiveram em alta, com base nos indicadores de atividade industrial e terciária de fevereiro e reforçados pela expectativa de continuidade de expansão em março. Este fator permitiu e reforçou a boa performance dos índices acionistas.



De referir que a inflação divulgada na zona Euro, referente a fevereiro, terá avançado para os 2%, o que será a meta do BCE, não estando, no entanto, ainda confirmada a meta de longo prazo. Isto significa que nos

atuais níveis, o BCE tem ainda um longo caminho pela frente, em termos de objetivo de inflação, e tem margem para continuar com os estímulos (que têm um impacto significativo nos mercados).

Nos EUA confirmaram-se as expectativas do mercado em torno das taxas de juro, com a FED a levar a cabo uma subida da taxa de juro de referência em 0,25%, para o intervalo 0,75%-1%, a meio do mês.

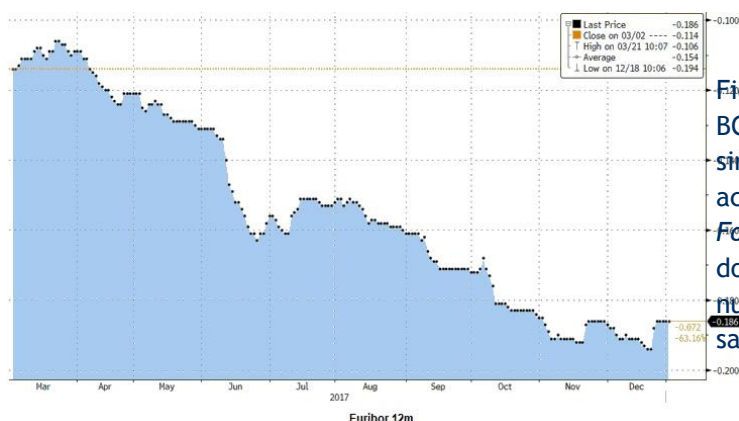
Essencialmente marcado pelas eleições em França, abril acabou por ser positivo para a maioria das bolsas mundiais, sobretudo após a vitória de *Macron* na 1ª volta e com excelentes perspetivas de uma vitória final (que se viria a verificar).

Também os bons números da atividade industrial e de serviços da zona Euro, ajudados pelos níveis máximos de confiança dos consumidores dos últimos 10 anos que poderiam levar a um aumento forte do consumo e, por essa via, a um aumento do PIB, contribuíram de forma decisiva para o avançar dos mercados Europeus.

A ausência de surpresas significativas na *earnings season* nos EUA e a perda de força na atividade industrial e terciária na economia norte-americana, levaram a algum arrefecimento dos índices acionistas de Wall Street.

Na Europa, o BCE deixou em aberto a intenção de manter os juros baixos por um período mais alargado de tempo, uma vez que a inflação, apesar de ter avançado para 1,9% em abril, continuou a ficar muito aquém dos números necessários em termos de evolução de longo prazo.

Esta situação fica-se a dever ao facto da baixa inflação e mesmo deflação que se registou nos últimos anos ter feito a série de longo prazo do IPC afastar-se em baixa do número central dos 2% requeridos pelo BCE.



Ficou assim em aberto um amplo espaço para o BCE continuar a estimular a economia, o que é um sinal fortemente positivo para os mercados acionistas com a exceção a acabar por ser o *Footsie*, como reflexo da instabilidade política e do agendamento de eleições para 8 de junho, numa procura de maior consenso para sustentar a saída da UE.

O mês de maio foi um mês positivo para a grande maioria dos mercados mundiais, ficando marcado por novos recordes dos índices de Wall Street.

O esbater dos riscos políticos na Europa, com a confirmação da eleição de *Macron* em França e o relegar para segundo plano das tensões entre os USA e Coreia do Norte, permitiram algum suporte e estabilidade aos mercados.

Nos mercados Emergentes, será de referir que a crescente crise política no Brasil, com o envolvimento do presidente *Temer* num escândalo de corrupção, trouxe alguma volatilidade ao *iBovespa* mas que, mesmo assim, terminou o mês com perdas leves, não afetando como um todo os emergentes.

Os dados macroeconómicos divulgados na Europa e USA, continuaram a mostrar força, dando sustentação às bolsas e ao preço dos ativos financeiros, ao fazerem prever uma evolução económica positiva, ao passo que as minutas da *FED* divulgadas no início do mês confirmaram aos mercados, a expectativa de uma subida de taxas já na reunião de junho, em linha com o que era previsto nas probabilidades dos *traders*.

Por esta altura, na Ásia, a balança comercial chinesa deixou indicações de alguma fragilidade, com a Moody's a cortar o *rating* de longo prazo do país.

Na Europa, a reunião do BCE, nas palavras do seu presidente, confirmou um arrefecimento dos níveis da inflação, o que permitiu afastar a discussão em torno de uma diminuição ou eliminação dos estímulos da

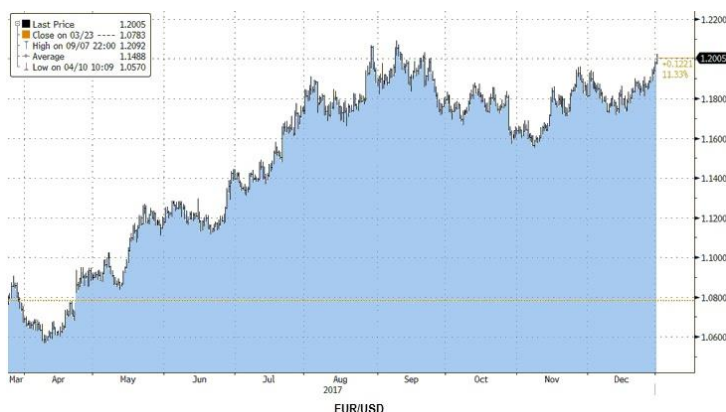
política monetária, favorecendo as ações, embora no mercado cambial, o Euro tenha registado a maior apreciação face ao dólar desde março de 2016, beneficiando sobretudo da diminuição dos riscos políticos europeus. Esta apreciação levou a que junho tenha sido um mês de comportamentos bastante diferentes entre os principais índices mundiais. A força do Euro e a sua valorização face à maioria das divisas, sobretudo contra o USD, levou os índices acionistas europeus a terminarem o mês negativos, sobretudo devido à penalização das empresas exportadoras em mercado.

Nos EUA refira-se ainda a subida da taxa de juro da *FED* em 25 bps para 1-1,25%, amplamente esperada no mercado. No entanto, o discurso apresentado deixou em aberto uma perspetiva de subida de taxas de juro mais branda do que o anteriormente descontado.

Ainda no mercado americano, refiram-se as movimentações e volatilidade no sector do retalho, assim como a OPA da Amazon à Whole Foods. Esta volatilidade acabou por não se propagar aos restantes sectores do S&P, permitindo um final de mês positivo.

Junho ficou também marcado por novas eleições no UK, onde Theresa May perdeu a maioria absoluta.

A força do Euro contra o USD continuou na segunda metade do ano, levando a divisa europeia a máximos de 2 anos e meio. Receios acerca da administração Trump, problemas na eliminação do *Obamacare* e o abrandamento da inflação nos EUA, levaram o mercado a questionar ainda mais o calendário de subida de taxas de juro da *FED*. Com a quebra do USD, inflação controlada, dados positivos na economia e uma *earnings season* positiva em termos de receitas e resultados, não será de estranhar que os principais índices de Wall Street tenham renovado máximos.



Ainda em julho, o relatório macroeconómico do FMI trouxe-nos um maior otimismo de crescimento para a zona Euro e China e uma revisão em baixa das perspetivas para a economia dos EUA em 2017.

Num mês normalmente calmo, agosto acabou por nos trazer alguma volatilidade, com os mercados acionistas a reagirem bastante às variações cambiais, mostrando alguma correlação com o par EUR/USD, caindo sempre que o euro valorizava face ao dólar e recuperando sempre que o dólar apreciava face ao euro.

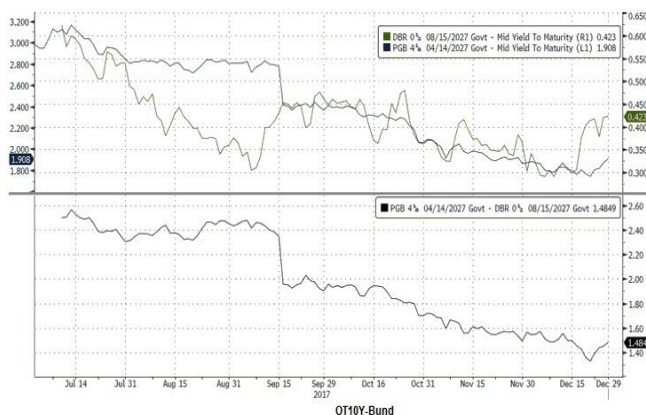
Os dados da inflação da zona euro, trouxeram-nos valores abaixo dos 2%, o que continuou a permitir ao Banco Central Europeu a política de juros baixos e de medidas de *quantitative easing*, uma vez que persistiu o afastamento entre a série de preços no consumidor e o alvo de 2% pretendido pelo BCE.

Este foi também o mês do simpósio económico de *Jackson Hole*, no qual a presidente da FED acabou por desiludir os mercados, ao apresentar um discurso bastante vago e sem abordar o tema da política monetária, algo que era aguardado para sinalização de novas subidas de taxas de juro. Esta ausência de comentários levou o euro rapidamente para cima de 1,20 face ao dólar, só aliviando a pressão quando, já perto do fim do mês os dados do PIB e criação de emprego no sector primário, suplantaram as expectativas dos analistas.

No final do mês, as tensões geopolíticas entre os USA e a Coreia do Norte voltaram a agravar-se, na sequência de novos testes balísticos e nucleares que acabaram por originar ameaças de parte a parte e um significativo aumento da volatilidade nos principais mercados Asiáticos.

O mês de setembro ficou marcado por uma forte valorização da maioria dos índices acionistas europeus e norte-americanos, com a Europa a beneficiar da desvalorização do euro face ao dólar, o que acabou por significar também uma desconexão do mercado cambial e acionista.

A FED sinalizou a possibilidade de nova subida de taxas perto do final de 2017, mostrado igualmente vontade de iniciar a redução do balanço já em outubro, ajudado pela revisão em alta do crescimento da economia norte-americana, pelo crescimento surpreendente nos dados do emprego no sector primário nos últimos 2 meses nos EUA e pela aceleração do ritmo de expansão do PIB europeu no 2º trimestre.



De referir também um focus adicional da presidência americana no plano de reformas fiscais com a promessa de uma redução de impostos para as empresas, algo bastante positivo para a entrada no *earnings season* do 3º trimestre.

No final do mês registou-se a subida do *rating* da dívida portuguesa pela S&P, o que foi recebido com entusiasmo pelos investidores.

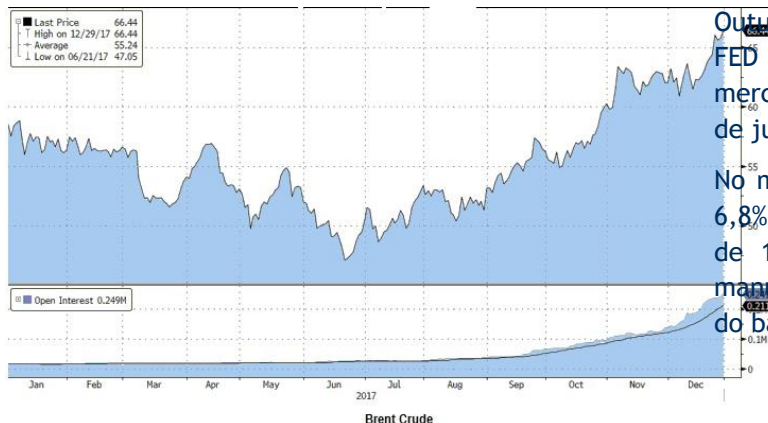
O atenuar das tensões geopolíticas, em particular da troca de palavras entre os líderes dos EUA e Coreia do Norte, (algo que só viria a aumentar já em novembro com mais um teste balístico da Coreia do Norte) permitiu igualmente alguma expansão do mercado, dados os menores riscos de confronto. Ainda no plano político, temos que destacar as tensões na Catalunha, devido ao movimento independentista que acabou por limitar os ganhos do IBEX e as eleições na Alemanha onde a coligação de Merkel ganhou as eleições sem maioria absoluta.

Outubro foi um mês de continuação de subida dos mercados acionistas mundiais, sustentado pelo otimismo em relação à recuperação económica mundial. Este otimismo foi reforçado pelo *World Economic Outlook* do FMI que reviu em alta as projeções económicas para 2017 e 2018.

Tendo plenamente presentes os baixos níveis de inflação na zona euro (1.4%) o BCE decidiu-se, pela extensão do programa de compra de ativos até setembro de 2018, a um ritmo mais baixo do que o do anterior programa, atingindo 30 Mil milhões de euros/mês.

Na Europa, a tensão política em torno da Catalunha acabou por ser o principal foco de instabilidade, levando a uma subida de volatilidade nos mercados, sobretudo no caso do índice Espanhol, enquanto nos USA a câmara dos representantes aprovou o orçamento para 2018, o que foi um passo importante para a implementação das políticas fiscais de Trump. A economia dos EUA deu sinais de aceleração no 3ºT, suportada pelo consumo e pelo investimento e afastando algum pessimismo em relação às questões meteorológicas e seus efeitos.

Neste contexto e em plena *earnings season*, os principais índices de Wall Street renovaram máximos, reforçando o movimento que se vinha a registar praticamente desde o início do ano.



Outubro acabou por ser também o mês em que a FED iniciou a redução do seu balanço, com o mercado a perspetivar cada vez mais uma subida de juros para dezembro.

No mercado asiático, a economia chinesa cresceu 6,8% no 3ºT e, no Japão, o Nikkei atingiu máximos de 1994 na sequência da vitória de Abe e da manutenção dos estímulos económicos por parte do banco central.

Novembro foi um mês positivo para as bolsas norte-americanas e asiáticas, com os índices S&P500 e Nikkei a registarem boas performances, enquanto os índices da zona Euro acabaram o mês numa tónica muito mais fraca, apesar dos bons indicadores macro e da revisão em alta das perspetivas económicas da Comissão Europeia para a Europa. O impasse político na Alemanha, o comportamento do euro face ao dólar e a queda dos sectores tecnológico e de recursos naturais europeus, condicionaram a evolução dos índices, levando a maioria dos mercados a fechar o mês em terreno negativo.

O último mês do ano ficou essencialmente marcado pela baixa volatilidade e por um baixo volume de transações na maioria dos mercados. Na Europa, o *Footsie* esteve em destaque pela positiva, ajudado pela valorização do setor dos recursos naturais com uma forte apreciação da maioria das matérias-primas (com destaque para o Brent) enquanto nos EUA, a aprovação do plano de reformas fiscais de Trump, que engloba reduções de impostos às empresas, sustentou os ganhos mensais dos índices.

Os bons números macroeconómicos de confiança dos consumidores e do mercado imobiliário foram também decisivos para a subida dos índices num mês em que a *FED*, como se esperava, subiu a taxa de juro pela terceira vez no ano.

Perto do final do mês registaram-se as eleições na Catalunha que terminaram com os partidos a favor da independência da região autónoma a obter 70 dos 135 lugares da Assembleia, renovando assim a sua maioria.

Os mercados emergentes estiveram também em forte destaque, num ano em que os ganhos destes índices/mercados (em USD) superaram os 30%.

No plano político continuou o impasse na Alemanha para formar governo e a tensão entre os USA e Coreia do Norte com novas ameaças.

Índice	2017
MSCI Europe	7,3%
S&P 500	19,4%
Nikkei 225	19,1%
MSCI World	20,1%
BBG Barc EUR Govt 1-10Y	0,4%
Iboxx Overall Corporate	2,4%

• Valores em Moeda Local

Desenvolvimento Comercial

A estratégia da SGF para 2017 caracterizou-se por um total empenhamento na apresentação de soluções a particulares e empresas que foram alvo de alterações substanciais no seu enquadramento profissional.

Em particular destaca-se o setor bancário que, entre muitas vicissitudes, optou por realizar diversos processos de rescisão por mútuo acordo e permitiu a portabilidade dos fundos de pensões dos seus participantes.

Ao nível das empresas, as perturbações resultantes da crise da banca portuguesa abriu oportunidades de transferência de fundos de pensões fechados que a SGF esteve atenta e concretizou.

No mercado dos Planos de Poupança Reforma devemos salientar o lançamento de um novo PPR Stoik Ações pela SGF, resultante de uma parceria estratégica que no seu primeiro ano apresentou uma boa rentabilidade e captou recursos significativos.

Nesta mesma linha estratégica, a transferência de PPR que foram concretizados ao longo dos anos e que se encontravam “esquecidos”, mereceu da parte da SGF e dos seus parceiros uma dinâmica atenção.

Deste modo, a concretização de parcerias comerciais com Mediadores e Consultores permitiu á SGF aumentar substancialmente os seus ativos sob gestão, invertendo uma situação negativa de há alguns anos.

Concretizando os objetivos para este ano, a SGF após reorganizar a área comercial e de gestão conseguiu voltar aos melhores lugares entre as gestoras de fundos de pensões estabelecendo um novo padrão de ambição para continuar a ser uma referência no seu setor.

A SGF acredita que a problemática da reforma vai cada vez mais envolver camadas mais jovens da população pelo que o investimento em novas tecnologias de comercialização é um elemento fundamental para atingir esse mercado.

Para a SGF, a conjugação dos elementos independência, rigor e transparência continuam a ser fundamentais para estar no setor.

Em 2017, a SGF concretizou esse objetivo e espera que os próximos anos continue a merecer a preferência de todos os seus atuais e futuros clientes que procuram capitalizar as suas poupanças de longo prazo para a Reforma.

A procura de soluções para a reforma por parte do mercado, tem salientado cada vez mais a necessidade fundamental das sociedades que gerem estes patrimónios, tenham uma história sem mácula, uma verdadeira independência e ausência de conflitos de interesses.

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros



2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
Valor	Valor	Valor	Valor	%
5.081	5.673	4.378	-1.295	-22,8%

Unidade: milhares de euros

Património Reforma	2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 conservador	7.410	5.092	4.406	-686	-13,5%
 prudente	5.422	5.016	5.513	496	9,9%
 equilibrado	3.313	2.900	3.096	195	6,7%
 ações	2.050	1.930	1.913	-18	-0,9%
Total	18.194	14.939	14.927	-12	-0,1%

Unidade: milhares de euros

SGF Acções Dinâmico  sgf acções dinâmico	2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
	717	752	1.619	867	115,4%

Unidade: milhares de euros

SGF Stoik Ações  sgf stoik ações	2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
	0	379	1.746	1.367	361,1%

Unidade: milhares de euros

 MDS Equilíbrio

 mds equilíbrio

2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
Valor	Valor	Valor	Valor	%
0	0	20	20	100%

No âmbito dos fundos abertos PPR regista-se a criação de um novo fundo de pensões o PPR MDS Equilíbrio destinado exclusivamente a clientes da MDS Corretor de Seguros, S.A.

Globalmente a carteira de Fundos PPR apresenta um crescimento de 4,4%, motivado por uma coleta líquida (diferença entre subscrições e reembolsos) positiva e por um desempenho igualmente positivo ao nível das rendibilidades dos fundos.

Unidade: milhares de euros

Empresas

Prudente

Equilibrado

Stoik Ações

Square Ações

Total

2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
Valor	Valor	Valor	Valor	%
1.849	2.221	4.669	2.447	110,2%
2.847	2.792	3.516	724	25,9%
17	155	562	407	263,5%
2.076	2.107	2.150	43	2,0%
6.789	7.275	10.896	3.621	49,8%

No cômputo dos fundos abertos de empresas registou-se o crescimento em cerca de 50% desta carteira motivado essencialmente por transferências provenientes de Fundo de Pensões da Atividade Bancária na sequência de acordos de cessação de trabalho.

Em termos de fundos de pensões fechados, o valor dos ativos sob gestão passou de 36 milhões de euros em 2016 para 36,7 milhões de euros em 2017, o que representa um acréscimo de 2%. Num nicho de mercado com tendência para o decréscimo do valor dos fundos, dado o peso que o pagamento de pensões assume, este crescimento é muito positivo, tendo ficado a dever-se essencialmente à entrada de um novo fundo. Esta situação é apoiada pela performance positiva de todos os Fundos de Pensões Fechados.

Unidade: milhares de euros

Fundos Fechados

SCML

CIN

OREY

2015	2016	2017	Variação 2016/2017	
Valor	Valor	Valor	Valor	%
10.082	9.861	8.827	-1.034	-10,5%
5.937	5.894	6.131	236	4,0%
1.311	1.237	1.149	-88	-7,1%

CHAMUSCA	660	633	638	4	0,7%
SOLVAY	8.508	8.084	8.052	-32	-0,4%
AR LIQUIDO	1.451	1.452	0	-1.452	-100%
SNQTB	5.562	5.187	5.344	157	3,0%
ECM	1.455	1.374	1.392	18	1,3%
GROUPAMA	2.394	2.323	2.216	-107	-4,6%
EUROESPUMA	0	0	3.012	3.012	100%
Sub-total	37.359	36.046	36.761	714	2,0%

Fundos Abertos

PPRs	23.993	21.742	22.688	947	4,4%
EMPRESAS	6.789	7.275	10.896	3.621	49,8%
Sub-total	30.781	29.017	33.584	4.567	15,7%
Total	68.140	65.063	70.345	5.282	8,1%

Globalmente, a SGF registou um crescimento de 8,1% tendo passado de 65 milhões de euros em 2016 para 70 milhões de euros em 2017.

Rendibilidades

	2015	2016	2017	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDOS FECHADOS				
SCML	0,61%	0,84%	0,89%	0,78%
CIN	0,28%	-1,17%	3,82%	0,98%
OREY	1,98%	2,40%	5,04%	3,14%
SOLVAY	1,67%	-0,22%	3,11%	1,52%
CHAMUSCA	1,01%	-1,78%	2,77%	0,67%
AR LIQUIDO	2,51%	3,07%	N.A.	0,00%
SNQTB	1,28%	-3,74%	1,67%	-0,26%
GROUPAMA	1,47%	2,51%	2,64%	2,21%
ECM	1,82%	-0,52%	3,21%	1,50%
EUROESPUMA	-	-	1,33%	-

	2015	2016	2017	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDO PPR GARANTIDO	1,66%	0,75%	0,85%	1,09%
PATRIMÓNIO REFORMA CONSERVADOR	0,89%	-4,03%	0,56%	-0,86%
PATRIMÓNIO REFORMA PRUDENTE	-0,25%	-1,85%	1,93%	-0,06%
PATRIMÓNIO REFORMA EQUILIBRADO	0,55%	-1,48%	2,97%	0,68%
PATRIMÓNIO REFORMA ACÇÕES	1,95%	0,57%	5,58%	2,70%
FUNDO PPR ACÇÕES DINÂMICO	7,51%	0,61%	3,91%	4,01%
FUNDO PPR SGF STOIK ACÇÕES	0,00%	7,35%	2,05%	3,13%
FUNDO PPR MDS EQUILÍBRIO	N.A.	N.A.	0,00%	N.A.
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS EQUILIBRADO	-0,56%	-1,78%	3,09%	0,25%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS PRUDENTE	0,42%	-1,81%	1,79%	0,13%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS STOIK ACÇÕES	0,00%	2,08%	3,57%	1,88%
FUNDO ABERTO SGF SQUARE ACCÇÕES	1,11%	0,97%	1,62%	1,23%

Área Administrativa e Atuarial

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF não houve publicações a salientar.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal ascendeu a 18,9 mil milhões de euros, o que traduz um aumento de 2,7% face ao final de 2016, segundo dados publicados pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.

Em 2017 continuamos a observar pouca disponibilidade financeira por parte dos nossos associados dos fundos no normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos fundos de pensões, facto que atribuímos à situação financeira vivida pelas empresas portuguesas, que se encontram pressionadas por necessidades de liquidez.

Ao nível do ranking das gestoras a SGF termina o ano na 11.^a (penúltima) posição. Continua a verificar-se uma forte concentração dos fundos de pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar mais de 95% do total dos fundos geridos, sendo que uma grande parte desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos.

Resultados

Unidade: euros

Resultados	2017	2016	Variação
Serviços prestados	628.566	632.798	-4.232
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	-	-36.168	36.168
Fornecimentos e serviços externos	-322.107	-240.036	82.071
Gastos com o pessoal	-425.492	-450.036	-24.544
Provisões (aumentos/reduções)	-	2.741	-2.741
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	-	-345	345
Aumentos/ reduções de justo valor	-3.666	-2.997	669
Outros rendimentos e ganhos	55.217	47.685	7.532
Outros gastos e perdas	-197.512	-208.273	-10.761
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-14.852	-16.714	-1.862
Resultado operacional	-279.845	-271.345	8.501
Resultados antes de impostos	-279.845	-271.345	8.501
Imposto sobre o rendimento do período	-7.221	-13.188	-5.967
Resultado líquido do período	-287.066	-284.533	-2.534

Para a evolução negativa dos resultados, contribuíram principalmente os resultados da gestão da carteira própria, nomeadamente o reconhecimento da perda do Papel Comercial Abengoa.

As variações que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição dos gastos com o pessoal;
- aumento de outros rendimentos e ganhos;
- diminuição de outros gastos e perdas;
- diminuição dos gastos de depreciação e amortização.

As variações que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição das comissões de gestão;
- aumento dos fornecimentos e serviços externos (resultado do acordo de aconselhamento com a Golden Assets, contratação de uma empresa de comunicação);
- aumento do justo valor;

Margem de Solvência

	2017	2016	Variação
Margem a Constituir	800.000	800.000	---
Elementos de Cobertura	884.813	871.300	13.513
Excedente de Cobertura	84.813	71.300	13.513
Taxa de Cobertura	110,60%	108,91%	1,69%

O aumento da taxa de cobertura da Margem de Solvência está relacionado com o aumento de capital realizado durante o ano, não obstante o Resultado Líquido do exercício ter sido negativo, continuando assim acima da margem mínima exigida pela entidade de supervisão.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto dos resultados líquidos serem negativos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados: -287.066,61 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 1.030.549,69 euros.

Perspetivas futuras

Na proximidade do seu trigésimo aniversário, a SGF é hoje uma sociedade gestora de Fundos de Pensões mais sólida, robusta e competitiva, disponibilizando e oferecendo um conjunto de soluções adequado e adaptado às necessidades e exigências deste mercado.

Em 2018, e tendo em conta as alterações legislativas recentemente aprovadas (Decreto Lei n.º 127 de 2017, que permite a flexibilização de reforma em planos de contribuição definida) que irão dar origem ao desenvolvimento de novas soluções ao nível do recebimento dos benefícios constituídos na lógica dos complementos de reforma, a SGF passará a garantir o pagamento desses benefícios aos clientes. Estas alterações representam uma oportunidade para a SGF apresentar as melhores soluções para os seus clientes no momento da passagem à reforma.

No próximo ano, a SGF deverá continuar a beneficiar da crescente consciencialização da população para a problemática da reforma e do seu posicionamento de sociedade gestora independente de grupos financeiros, prevendo-se a continuação do aumento da atividade e do crescimento registado dos ativos sob gestão.

As alterações implementadas em 2016 e 2017, o esforço comercial renovado, aliados aos resultados positivos a nível de gestão de ativos permitem olhar para o futuro com confiança redobrada.

Considerações Finais

Após o termo do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de outubro, informa-se que à data de 31 de dezembro de 2017 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

- Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de reformas;
- Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;
- À ASF, à CMVM e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;
- Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;
- Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;
- A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2017, pelo empenho e pela dedicação à SGF;

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da nossa empresa.

Lisboa, 15 de março de 2017

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Em conformidade com o nº 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais
Titulares detentores de, pelo menos, um décimo do capital social

SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS: 56.72%

GROUPAMA SA: 16.10%

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES Sociais, SA: 14,51%

SINDICATO DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL: 11.21%

Lisboa, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

DECLARAÇÃO SOBRE POLITICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela *Assembleia Geral* e aplicadas às situações concretas pelo *Conselho de Administração*, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - A) Apenas têm direito a remuneração a Administração Executiva da Sociedade;
 - B) A remuneração da Administração Executiva tem apenas uma componente fixa paga mensalmente;
 - C) A remuneração da Administração Executiva é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - D) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - E) A SGF não procedeu durante o ano de 2017 ao pagamento de quaisquer indemnizações, nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - F) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores;
 - G) Os restantes membros do órgão de administração auferem senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 3) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - A) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho e Novembro correspondente aos subsídios de férias e natal, com exceção do responsável comercial que auferir também uma remuneração variável;

- B) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
- C) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
- D) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Lisboa, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	1
Demonstração dos resultados por natureza	2
Demonstração das alterações no capital próprio	3
Demonstração de fluxos de caixa	4
Anexo às demonstrações financeiras.....	
1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	6
4 FLUXOS DE CAIXA.....	10
5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS	11
6 PARTES RELACIONADAS	11
7 ATIVO FIXO TANGÍVEL.....	12
8 ATIVO INTANGÍVEL	13
9 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	13
10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	14
11 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	15
12 CLIENTES	16
13 OUTRAS CRÉDITOS A RECEBER.....	16
14 DIFERIMENTOS ATIVOS	16
15 CAPITAL PRÓPRIO.....	17
16 RESERVAS LEGAIS	17
17 OUTRAS RESRVAS.....	17
18 RESULTADOS TRANSITADOS	17
19 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	18
20 FORNECEDORES.....	18
21 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	19
22 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	19
23 RÉDITO	19
24 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	20
25 GASTOS COM O PESSOAL	21
26 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	21
27 OUTROS RENDIMENTOS.....	21
28 OUTROS GASTOS	22
29 EVENTOS SUBSEQUENTES	22
30 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	22

Balanço em 31 de dezembro de 2017

		(Euros)	
		dezembro	
	Nota	2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	46.409,69	53.136,79
Ativos intangíveis	8	7,85	587,02
Outros ativos financeiros	10	2.922,18	-
Total ativo não corrente		49.339,72	53.723,81
Corrente			
Clientes	12	124.860,26	149.488,36
Estado e outros entes públicos	21	12.192,38	1.798,01
Outros créditos a receber	13	9.847,04	23.608,14
Diferimentos	14	53.154,24	20.419,49
Ativos financeiros detidos para negociação	9	400.552,39	350.441,74
Outras ativos financeiros	10	15.637,55	172.691,84
Caixa e depósitos bancários	4	1.164.260,00	363.549,70
Total ativo corrente		1.780.503,86	1.081.997,28
Total do Ativo		1.829.843,58	1.135.721,09
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	1.800.000,00	1.500.000,00
Reservas legais	16	99.403,66	99.403,66
Outras reservas	17	15.966,59	15.966,59
Resultados transitados	18	(743.483,08)	(458.950,50)
		1.171.887,17	1.156.419,75
Resultado líquido do período		(287.066,61)	(284.532,58)
Total do Capital Próprio		884.820,56	871.887,17
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	20	12.173,85	7.840,47
Estado e outros entes públicos	21	19.782,04	24.055,45
Outras dívidas a pagar	22	913.067,13	231.938,00
		945.023,02	263.833,92
Total do passivo		945.023,02	263.833,92
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.829.843,58	1.135.721,09

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração dos Resultados por Natureza**Período findo em 31 de dezembro de 2017**

	Nota	(Euros)	
		Exercício	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	23	628.565,84	632.798,12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	-	-	(36.167,97)
Fornecimentos e serviços externos	24	(322.106,82)	(240.035,56)
Gastos com o pessoal	25	(425.491,57)	(450.035,60)
Provisões (aumentos/reduções)	19	-	2.740,73
Aumentos/ reduções de justo valor	26	(3.666,41)	(2.997,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-	(345,22)
Outros rendimentos	27	55.217,41	47.685,17
Outros gastos	28	(197.512,08)	(208.273,07)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(264.993,63)	(254.630,78)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(14.851,75)	(16.713,94)
		(14.851,75)	(16.713,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(279.845,38)	(271.344,72)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		(279.845,38)	(271.344,72)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(7.221,23)	(13.187,86)
Resultado líquido do período		(287.066,61)	(284.532,58)

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Atribuível aos acionistas					(Euros)
Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2016	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(503.350,17)	(18.708,79)	1.093.311,29
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	44.399,67	18.708,79	63.108,46
	-	-	-	44.399,67	18.708,79	63.108,46
Resultado líquido do período					(284.532,58)	(284.532,58)
Resultado integral	-	-	-		(265.823,79)	(221.424,12)
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital		-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Posição a 31 de dezembro de 2016	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(458.950,50)	(284.532,58)	871.887,17
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	300.000,00	-	-	(284.532,58)	284.532,58	300.000,00
Aplicação de resultados	-					
	1.800.000,00	-	-	(284.532,58)	284.532,58	1.800.000,00
Resultado líquido do período					(287.066,61)	(287.066,61)
Resultado integral	-	-	-	-	(2.534,03)	1.512.933,39
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Posição a 31 de dezembro de 2017	1.800.000,00	99.403,66	15.966,59	(743.483,08)	(287.066,61)	884.820,56

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração de fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2017

	(Euros)	
Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	784.992,30	592.187,43
Pagamentos a fornecedores	(250.603,48)	(242.559,38)
Pagamentos ao pessoal	(466.523,92)	(409.509,45)
Caixa gerada pelas operações	67.864,90	(59.881,40)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(6.008,45)	(17.030,37)
Outros recebimentos/ pagamentos	764.640,08	332.192,21
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	826.496,53	255.280,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(7.545,44)	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos Financeiros	(399.995,05)	(350.000,00)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	353.098,60	-
Juros e rendimentos similares	20.880,48	18.506,68
Dividendos	7.775,18	1.656,64
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(25.786,23)	(329.836,68)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos e similares	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	800.710,30	(74.556,24)
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	363.549,70	438.105,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.164.260,00	363.549,70
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Descobertos bancários	-	-
Depósitos bancários	963.260,00	362.549,70
Outras aplicações de tesouraria	200.000,00	-
4	1.164.260,00	363.549,70

Anexo

1 Introdução

A empresa SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Rua Laura Alves, 12 - 2º Dtº, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2017 constituída por nove Fundos Fechados, quatro Fundos Abertos e por oito fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2017	2016
Fundos fechados	36.760.629,48	36.046.309,34
Fundos abertos	10.895.715,71	7.274.921,20
Fundos representados por PPR	22.688.371,88	21.741.752,01
	<u>70.344.717,07</u>	<u>65.062.982,55</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 28 de fevereiro de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2 Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5
	<u>Anos de vida útil</u>
Programas de computador	3-5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos.

3.7 Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verificarem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída corresponde ao valor presente da obrigação assumida pela Sociedade, em garantir em alguns produtos da gama PPR, uma determinada taxa de valorização. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o valor do compromisso e o valor estimado da valorização dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos do vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10 Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida por a sua rotação ser rápida.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2017	2016
Numerário		
- Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	963.260,00	362.549,70
- Depósitos à prazo	200.000,00	0,00
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	1.164.260,00	363.549,70

O depósito a prazo foi constituído em 28 de dezembro por 91 dias com uma taxa de 0,04

5 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Para além do que se descreve nos parágrafos seguintes, não se verificaram outras alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6 Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo ou seja o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 56,72% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, era constituída em 31 de dezembro de 2017 por oito administradores. Os administradores executivos auferem uma remuneração fixa mensal (doze vezes ao ano) e os restantes são remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

	2017	2016
Remunerações	21.600,00	39.482,96
Senhas de presença	15.000,00	6.750,00
	36.600,00	46.232,96

O Conselho Fiscal é constituído por três membros e auferem através de senhas de presença.

6.3. Transações entre partes relacionadas

Em 2017 existem transações com partes relacionadas:

- SNQTB - 10,29. Trata-se de uma prestação de serviços;
- MIS - 4.082,62. Trata-se de uma mediadora que é detida a 100% pelo SNQTB (acionista que tem o controlo desta Sociedade). Em 20 de setembro efetuou um contrato de co-mediação com a Atlas Seguros-Corretores e Consultores de Seguros, SA.

7 Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2017		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	90.556,70	49.519,17	140.075,87
Depreciações acumuladas iniciais	(66.720,37)	(20.218,71)	(86.939,08)
Aquisições	7.545,44	-	7.545,44
Depreciações do exercício	(5.618,23)	(8.654,31)	(14.272,54)
Saldo final líquido	25.763,54	20.646,15	46.409,69

Descrição	2016		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	90.556,70	49.519,17	140.075,87
Depreciações acumuladas iniciais	(59.542,50)	(11.754,32)	(71.296,82)
Depreciações do exercício	(7.177,87)	(8.464,39)	(15.642,26)
Saldo final líquido	23.836,33	29.300,46	53.136,79

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As depreciações do exercício, no montante de €14.272,54 (€15.642,26 em 2016), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. As aquisições de equipamento administrativo, está relacionado com duas máquinas fotocopiadoras.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2017.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2017	
	Programas computador	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107.946,32	107.946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(107.359,26)	(107.359,26)
Depreciações do exercício	(579,21)	(579,21)
Saldo final líquido	7,85	7,85

Descrição	2016	
	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107.946,32	107.946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(106.287,58)	(106.287,58)
Depreciações do exercício	(1.071,68)	(1.071,68)
Saldo final líquido	587,06	587,06

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.5. As amortizações do exercício, no montante de €579,21 (€1.071,68 em 2016), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

Não se verificaram abates no ativo intangível no ano de 2017.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9 Ativos financeiros detidos para negociação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2017			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	350.441,74	-	350.441,74
Aquisições	399.995,05	-	399.995,05
Alienações	(352.910,00)	-	(352.910,00)
Outras variações	3.025,60	-	3.025,60
	400.552,39	-	400.552,39

Métodos de mensuração 31-12-2016			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	30.709,35	-	30.709,35
Aquisições	4.902.422,35	-	4.902.422,35
Alienações	(4.567.330,48)	-	(4.567.330,48)
Outras variações	(15.359,48)	-	(15.359,48)
	350.441,74	-	350.441,74

10 Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2017		
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	172.691,83	172.691,83
Aquisições	-	-
Alienações	(150.000,00)	(150.000,00)
Outras variações	(7.054,28)	(7.054,28)
	15.637,55	15.637,55

Métodos de mensuração 31-12-2016		
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	227.332,71	227.332,71
Aquisições	150.000,00	150.000,00
Alienações	(202.287,08)	(202.287,08)
Outras variações	(2.353,80)	(2.353,80)
	172.691,83	172.691,83

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente	2017	2016
Papel Comercial	-	150.000,00
Outros Ativos Financeiros	15.637,55	22.691,84
Total	15.637,55	172.691,84

11 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €15.000,00 de lucro tributável e de 23% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, tem o seguinte detalhe:

	2017	2016
Resultado líquido antes de impostos	(279.845,38)	(271.344,72)
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Otras variações patrimoniais	-	-
Soma	(279.845,38)	(271.344,72)
Correções relativas aos exercícios anteriores	2.118,87	424,58
Diferenças permanentes	-	(113.766,68)
Diferenças temporais	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(277.726,51)	(384.686,82)
Matéria Colectável		
Tributações autónomas	7.221,23	12.721,95
Imposto corrente	7.221,23	12.721,95
Imposto diferido	-	465,91
Gasto com o imposto sobre o rendimento	7.221,23	13.187,86

12 Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	2017	2016
Fundos de pensões	124.860,26	149.488,36
	124.860,26	149.488,36

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2018.

13 Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	2017	2016
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Juros decorridos (acrécimo de rendimentos)	-	15.011,86
Mediadores	345,22	345,22
Comissão de Gestão	4.838,78	1.496,90
Outros devedores (i)	4.663,04	6.754,16
Outros créditos a receber	9.847,04	23.608,14

(i) à semelhança do ano de 2016, a rubrica de outros devedores contempla os adiantamentos ao pessoal, pedido de reembolso do PEC e do IVA da SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda.

14 Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2.618,23	2.604,15
Seguros	11.158,80	13.064,11
Outros gastos diferidos (i)	39.377,21	4.751,23
Gastos a reconhecer	53.154,24	20.419,49

(i) trata-se maioritariamente do valor das bonificações atribuídas a clientes

15 Capital subscrito

O capital subscrito encontra-se totalmente realizado e é constituído por 360.000 ações nominativas, com o valor nominal de €5,00. Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito é detido por:

		2017	
	% de	Número de	Capital Subscrito
	ações	ações	
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	56,72%	204.178	1.020.890,00
Groupama, SA	16,10%	57.947	289.735,00
Golden Actives - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	14,51%	52.247	261.235,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	11,21%	40.338	201.690,00
Growh Value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,47%	5.290	26.450,00
Capital Social	100%	360.000	1.800.000,00

O capital passou de €1.500.000,00 para €1.800.000,00 em setembro de 2017

16 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2017 e 2016 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17 Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2017 e 2016 encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18 Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência das deliberações das Assembleias Gerais onde foram aprovadas as contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta “Resultados Transitados”, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. O movimento efetuado em ambos os exercícios encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19 Provisões e Passivos Contingentes

- a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, tem o seguinte detalhe:

		2017			
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes		-	-	-	-
Total		-	-	-	-

		2016			
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes		2.740,64	-	(2.740,64)	-
Total		2.740,64	-	(2.740,64)	-

- b) A SGF foi alvo de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária (AT), em relação ao Imposto do Selo que, segundo a AT, é devido pelas comissões de gestão e de subscrição cobradas aos fundos em 4%. Nesta inspeção resultaram liquidações de Imposto de Selo que ascende ao valor de €100.107,89 relativos aos anos de 2011 a 2014. Face a esta situação a SGF está a diligenciar junto da AT, no sentido de fazer prova que não é devedora de Imposto de Selo, pois é esse o entendimento do setor em que opera. A SGF, solicitou à AT a suspensão do processo de execução, nos termos do n.º 2 do Artigo 169º do CPPT, apresentando um seguro caução no valor de €127.658,25. A opinião da generalidade das gestoras de fundos de pensões, assim como da APFIPP e da Sociedade de Advogados que a SGF contratou, suportadas por dois pareceres de especialistas, aponta indubitavelmente no sentido de que o Imposto de Selo não é devido, motivo pelo qual a SGF não registou qualquer provisão. Em 2017 a Sociedade de Advogados informou que receberam o Acórdão Arbitral que dá inteira razão à SGF, anulando as liquidações de Imposto Selo e condenando a AT a reembolsar a SGF dos custos com o seguro caução. Tal como aconteceu com as outras SGFP, é praticamente certo que a AT vai recorrer para o Tribunal Constitucional.

20 Fornecedores

A empresa liquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

Não existem saldos relativos a “partes relacionadas”.

21 Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	12.082,38	-	-	2.967,40
Impostos s/ rendimento - IRS	-	4.186,13	-	5.091,25
Contribuição Segurança Social	-	8.689,74	-	8.812,60
Imposto de selo	-	6.906,17	-	7.184,20
Outros impostos	110,00	-	1.798,01	-
Total	12.192,38	19.782,04	1.798,01	24.055,45

22 Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	2017	2016
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	46.567,25	53.165,48
Mediadores	23.028,90	21.209,96
Prest.Garantia ao PPR Garantido	-	123.115,34
Outras dívidas por acréscimo	13.988,62	6.499,60
Outras dívidas a pagar (i)	829.482,36	27.947,34
Outras dívidas a pagar	913.067,13	231.937,72

(i) o montante de €820.189,98 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da SGF no final do exercício de 2017 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2018.

A rubrica “Remunerações a liquidar” tem registado a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar dos colaboradores da SGF no ano seguinte. Os administradores não recebem subsídio de férias nem subsídio de natal.

23 Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhado conforme se segue:

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de Subscrição	17.481,30	3%	20.934,97	3%
Comissões de Gestão	606.205,48	95%	611.509,15	96%
Comissões de Reembolso	4.879,06	1%	354,00	0%
Total das prestações de serviços	628.565,84	98%	632.798,12	99%
Juros obtidos	7.152,07	1%	4.752,75	1%
Dividendos	5.587,86	1%	1.656,64	0%
Total do crédito	641.305,77	100%	639.207,51	100%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 29.

24 Fornecimento e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme se segue:

		2017	2016
Trabalhos especializados	(i)	131.095,23	39.972,73
Publicidade e Propaganda	(ii)	20.220,77	10.802,95
Honorários		17.896,50	21.726,18
Comissões		19.678,85	17.674,20
Conservação e reparação		3.996,14	3.959,37
Outros trabalhos especializados		12.865,15	11.384,10
Materiais		2.876,83	3.853,32
Energia e fluidos		2.998,16	5.826,00
Deslocações e estadas		1.143,91	4.569,40
Rendas e alugueres		48.752,00	54.823,51
Comunicação		15.605,81	15.840,35
Seguros		15.162,32	19.220,85
Outros serviços diversos		29.815,15	30.382,60
		322.106,82	240.035,56

(i) o aumento da rubrica trabalhos especializados deve-se ao acordo celebrado de consultoria na gestão do património dos Fundos da SGF com a Golden Assets

(ii) contratação de uma agência de publicidade

Os trabalhos especializados incluem, entre outros, serviços de consultoria e informática.

25 Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	36.600,00	46.232,96
Remunerações do pessoal	306.546,66	313.058,13
Complementos facultativos de reforma	6.632,42	7.758,82
Encargos sobre remunerações	71.806,46	78.289,54
Seguros de acidentes de trabalho e doenças	2.110,76	2.110,76
Outros gastos	1.795,27	2.585,39
	425.491,57	450.035,60

A Sociedade tinha, no seu quadro de pessoal permanente, em 31 de dezembro de 2017, doze funcionários.

26 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Obrigações	81,90	(652,11)
Unidades de participação imobiliária	(4.162,01)	(2.345,27)
Unidades de participação mobiliária	413,70	-
	(3.666,41)	(2.997,38)

27 Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Ganhos em outros instrumentos financeiros	32.718,60	40.850,36
Juros obtidos (Nota 23)	7.152,07	4.752,75
Dividendos obtidos (Nota 23)	5.587,86	1.656,64
Correções relativas a períodos anteriores	154,84	287,60
Outros não especificados	1.037,50	0,30
Excesso de estimativa de imposto	8.566,54	137,52
Total	55.217,41	47.685,17

28 Outros gastos

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Impostos e taxas	712,21	273,00
Aplicação método de equivalência patrimonial	-	36.167,97
Perdas em outros instrumentos financeiros (1)	150.000,00	22.343,68
Bonificações de fidelidade	36.159,45	37.651,60
Quotizações	6.290,75	7.554,34
Correções relativas a períodos anteriores	2.118,87	424,58
Garantias atribuídas a clientes	197,55	138.242,92
Outros gastos	2.033,25	1.782,95
	197.512,08	244.441,04

(i) A perda resulta de um evento de crédito no Papel Comercial da Abengoa, ao qual foi registado uma desvalorização de 97% do valor do investimento inicial. Esta decisão de investimento foi tomada em julho de 2015.

29 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30 Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com auditoria e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €18.142,50 no ano de 2017, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2017

Senhores acionistas da

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho fiscal, após ter procedido à análise do Balanço, das Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa, bem como do Anexo às Demonstrações Financeiras, elementos estes preparados pelo Conselho de Administração e que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (doravante SGF):

O Conselho Fiscal com a periodicidade que considerou conveniente, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios, através dos contactos que estabeleceu com os serviços e com o Conselho de Administração, com quem manteve estreita colaboração, tendo tido acesso às Atas deste órgão, bem como a toda a documentação considerada necessária, não tendo no decurso destas e de outras diligências tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal no decurso dos contactos estabelecidos, exercitou as competências formuladas no art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo designadamente apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, nomeadamente em reuniões que manteve com os Administradores Executivos e a responsável dos serviços financeiros, que sempre prestou as informações tidas como relevantes. Assim o Conselho Fiscal considera as políticas e critérios contabilísticos adequados e consistentes com os exercícios anteriores, bem como considera adequado o funcionamento do sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno.

Na sequência do pedido de renúncia de Revisor oficial de contas Efetivo: Dr. Francisco Xavier Alves Revisor Oficial de Contas nº.: 1112 e do Revisor Oficial de Contas Suplente Dr. Joaquim Patrício da Silva Revisor Oficial de Contas nº.: 320 formalizadas em cartas recebidas na SGF datadas respetivamente de 21 de setembro de 2017 e 03 de outubro de 2017. O Conselho Fiscal da SGF propôs para o período remanescente do mandato de 2016 a 2019 a nomeação da PKF & Associados, SROC, Lda. Representada pelo Dr. José de Sousa Santos (ROC nº 804 / CMVM nº 20160434 que foi aceite pela Assembleia Geral da SGF. Das reuniões mantidas

com ambos os ROCs ao longo do exercício de 2017, ficaram esclarecidos todos os assuntos colocados pelo Conselho Fiscal, não havendo opiniões divergentes pelos representantes do ROC atual relativamente às opiniões anteriormente expressas pelo Dr. Xavier Alves.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspetos que circunscreveram a atividade da SGF em 2017.

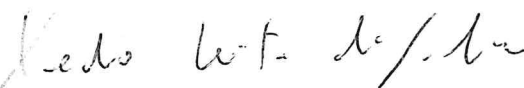
O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da lei, a Certificação Legal de Contas elaborado pela PKF & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. José de Sousa Santos (ROC nº 804 / CMVM nº 20160434) sobre as referidas demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2017, com a qual concorda.

Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- i. O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- ii. A proposta de aplicação de Resultados Líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
- iii. Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficaz como conduziu e desenvolveu os negócios da Sociedade e a todos os colaboradores pela sua colaboração dedicada.
- iv. Um voto de louvor ao Dr. Francisco Xavier Alves pelos 15 anos de dedicada colaboração prestada à SGF.

Lisboa, 22 de março de 2018


José Alexandre Pereira Soares de Santo António
(Presidente)


Pedro Miguel Henriques Leite da Silva
(Vogal)


Pedro Miguel de Oliveira Almeida Cruz
(Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.829.844 euros e um total de capital próprio de 884.821 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 287.067 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

A Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2016 foi emitida por Francisco Alves Xavier, Revisor Oficial de Contas em nome individual, em 29 de março de 2017 na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161432

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)